

EDITORIAL

Heron Gordilho

Prezados leitores,

Aqui está o primeiro fascículo do volume 13 da Revista Brasileira de Direito Animal, ano de 2018.

A revista se inicia com a seção de Direito Animal para apresentar o artigo **A NECESSIDADE DE UMA PADRONIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA OS SELOS RELACIONADOS COM A ÉTICA ANIMAL NAS INDÚSTRIAS DE COSMÉTICOS/ *The need for an international standardization for seals related to animal ethics in cosmetic industries***, da Doutora em Direito, Professora do Curso de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7) Germana Parente Neiva Belchior, que em co-autoria com Carla Mariana Aires Oliveira, Mestranda em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC), analisam como a indústria cosmética, ao realizar testes de segurança de seus produtos, provoca sofrimentos desnecessários aos animais, uma vez que a maioria desses testes utilizados podem ser realizados por métodos alternativos à vivissecção.

Em seguida, o leitor encontrará **A TUTELA JURÍDICA MATERIAL E PROCESSUAL DA SENCIÊNCIA ANIMAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E DE DECISÕES JUDICIAIS/ *The material and procedural legal protection of sentient animals in the Brazilian legal system: analysis of legislation and judicial decisions***, de autoria de Gilberto Fachetti Silvestre, Professor Doutor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que em parceria com Davi Amaral Hibner, Mestrando em Direito Processual pela UFES e Isabela Lyrio Lorenzoni, bacharel em Direito da UFES, busca examinar a proteção ao meio ambiente a partir da Constituição, justificando a tutela autônoma desses seres, que deixariam de ser considerados bens semoventes e passariam a ser considerados seres sencientes.

No fim dessa seção encontraremos o artigo intitulado **ATO DE CRUELDADE OU DE MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS: UM CRIME AMBIENTAL/** *The vulnerability of the research participant before remuneration in clinical trials*, de Maria Helena Diniz, professora Doutora, Titular da Pontifícia Universidade Católica, que analisa a questão ambiental calcada no aspecto da crueldade contra animais, que segundo a autora, em virtude da Constituição Federal e de leis especiais, por terem senciência e dignidade, possuem o direito de não sofrerem maus-tratos ou crueldade em manifestações culturais populares,

Na seção de Bioética, o leitor encontrará o artigo **AUTONOMIA E ALTERIDADE COMO FUNDAMENTOS DA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DE DIGNIDADE EXISTENCIAL DIANTE DO DIREITO À VIDA/***Autonomy and alterity as foundations in the construction of the sense of existential dignity in relation to the right of life*, da professora Doutora Monica Neves Aguiar, coordenadora do PPGD/UCSAL, que juntamente com a professora Doutora Ana Thereza Meirelles, do PPGD/UCSAL, analisam os fundamentos da autonomia e da alteridade na tutela do direito à vida e a sua relativização a partir do princípio da dignidade existencial da pessoa.

Em seguida, o artigo **BIOPOLÍTICA E O MELHORAMENTO GENÉTICO: UMA REFLEXÃO NA SOCIEDADE BIOTECNOLÓGICA/***Biopolitics and genetic improvement: a reflection on the biotechnological society*, do professor Doutor Jefferson Aparecido Dias, do Programa de Mestrado da Universidade de Marília, em co-autoria com Rubia Cristina Sorrilha, Mestranda do Programa de Mestrado em Direito da UNIMAR, discute a temática de poder apresentada pelo filósofo Paul-Michel Foucault, mormente no que se refere às ideias de anátomo-política do corpo e d abiopolítica da espécie, enquanto mecanismos de poder postos em prática pelo Estado moderno visando a constituição e o controle dos indivíduos e da própria população.

Na seção de Direito Constitucional, encontraremos o artigo **SOBRE A VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL DE CRUELDADE CONTRA ANIMAIS/** *About the constitutional prohibition of cruelty towards animals*, de Sandra Regina Martini, Coordenadora do curso de Mestrado em Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter), em coautoria com Juliana Lima de Azevedo, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que, a partir da análise dos julgamentos do RE n. 153.531/SC e da ADI n. 4983/CE, se propõe a verificar se o dispositivo constitucional que veda a crueldade contra animais deve ser lido a partir de uma perspectiva antropocêntrica ou biocêntrica.

Finalizando esta edição, a seção de Jurisprudência, trás a interessante petição inicial da ação empretrada pela ASSOCIAÇÃO PACHAMAMA, que em nome da BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE, contra a UNIÃO e o ESTADO DE MINAS GERAIS, reivindicam a instituição do CADASTRO NACIONAL DE MUNICÍPIOS SUSCETÍVEIS A DESASTRES e a elaboração do PLANO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com a participação de representantes de instituições acadêmicas e dos povos ribeirinhos.